

# Sexualidad, Salud y Sociedad

REVISTA LATINOAMERICANA

ISSN 1984-6487 / n. 25 - abr. / abr. / apr. 2017 - pp.256-276 / Lima, S. / [www.sexualidadsaludysociedad.org](http://www.sexualidadsaludysociedad.org)

## Os limites da “experiência” e da “liberdade” no Encontro Nacional Universitário da Diversidade Sexual (ENUDES)

**Stephanie Pereira de Lima**

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)  
Campinas - SP, Brasil

> [lima.p.stephanie@gmail.com](mailto:lima.p.stephanie@gmail.com)

---

Copyright © 2017 Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana. This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License (<http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

<http://dx.doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2017.25.13.a>

**Resumo:** O Encontro Nacional Universitário da Diversidade Sexual (ENUDS) surgiu no ano de 2003 e reúne desde então, com edições anuais, grupos e coletivos que se articulam em torno da temática sobre gênero e sexualidade, consolidando-se como espaço de discussão acadêmica e política. Este artigo é uma análise dos desdobramentos da pesquisa que buscou reconstruir a trajetória socioantropológica dos Encontros. O objetivo é explorar o modo como se apresentam os ideais de liberdade sexual, de dissolução das hierarquias e convenções de gênero e a prática política da “fechação”. Tais ideais são entendidos como dimensões estéticas das manifestações presentes nos espaços do ENUDS a partir de uma categoria central observada no campo: a “experiência”. Procura-se, para isso, explorar os argumentos que justificam essa “vivência”, bem como os momentos de limites e tensões desses ideais num espaço político que se apresenta como “coletivo”, “horizontal” e “não institucionalizado”.

**Palavras-chave:** ENUDS; movimento LGBT; diversidade sexual; experiência

### **The limits of “experience” and “liberation” in the National University Meeting of Sexual Diversity (Encontro Nacional Universitário da Diversidade Sexual – ENUDS)**

**Abstract:** The National University Meeting of Sexual Diversity (Encontro Nacional Universitário da Diversidade Sexual – ENUDS) arose in Brazil in 2003, gathering annually since then. Its participants include groups and collectives articulating issues of sexual diversity, and it has become a space of academic and political discussion. This article analyzes the socio-anthropological trajectory of ENUDS, exploring the performance of ideals related to “sexual liberation”, to the dissolution of hierarchy and gender conventions, and to “fechação” as a political praxis. These ideals are here understood as aesthetical dimensions of performances based on the notion of “experience”. The analysis focus on the arguments legitimizing this “experience” and on the tensions posed by these ideals in a political space framed as “collective”, “horizontal”, and “non-institutionalized”.

**Key words:** ENUDS; LGBT movement; sexual diversity; experience

### **Los límites de la “experiencia y de la “libertad” en el Encuentro Nacional Universitario de la Diversidad Sexual (ENUDS)**

**Resumen:** Desde su surgimiento en 2003, El Encuentro Nacional Universitario de la Diversidad Sexual (ENUDS) reúne anualmente grupos y colectivos que se articulan en torno a la temática sobre género y sexualidad, consolidándose así como un espacio de discusión académica y política. Este artículo presenta un análisis de los despliegues de la investigación que buscó reconstruir la trayectoria socioantropológica de estos encuentros. De tal forma, el objetivo aquí es explorar en qué modo se manifiestan las ideas de libertad sexual, la disolución de jerarquías y convenciones de género así como la práctica política de “fechação”, entendidas como dimensiones estéticas de manifestaciones presentes en los espacios de ENUDS a partir de una categoría central observada en campo: la noción de “experiencia”. Para poder lograr esto, es necesario explorar los argumentos que justifican esa “vivencia” así como las situaciones límite y tensiones de estas ideas en un espacio político, el cual se presenta como “colectivo”, “horizontal” y “no institucionalizado”.

**Palabras clave:** ENUDS, movimiento LGBT, diversidad sexual, experiencia

## Os limites da “experiência” e da “liberdade” no Encontro Nacional Universitário da Diversidade Sexual (ENUDS)<sup>1</sup>

### Introdução

O Encontro Nacional Universitário da Diversidade Sexual (ENUDS)<sup>2</sup> é concebido pelos seus participantes como uma “experiência”.<sup>3</sup> Por “experiência” entende-se “viver mais livremente a sexualidade individual e o seu corpo”. Jô,<sup>4</sup> durante uma roda de apresentação no Pré-ENUDS<sup>5</sup> de 2014 (Niterói/RJ), disse entender a “experiência” do ENUDS como um momento “livre” e “libertário”, instaurado pelos ideais de dissolução das convenções de gênero, de liberdade sexual e quebra das hierarquias de gênero. Os ideais que perpassam os espaços do ENUDS são diversos, podendo-se destacar, dentre outros, a defesa: do fim do machismo, da homofobia, do racismo e da gordofobia; e a livre expressão da identidade de gênero. Para este artigo, escolhi os três destacados acima por incorporarem e abrangerem esses outros ideais. Estes, apesar de serem amplos, são defendidos em diferentes níveis de intensidade pela pluralidade de sujeitos e grupos presentes em cada Encontro.

---

<sup>1</sup> Este artigo deriva de parte das reflexões desenvolvidas na dissertação de mestrado intitulada “*As bi, as gay, as trava, as sapatão tão tudo organizada pra fazer revolução!*”. Uma análise socioantropológica do Encontro Nacional Universitário da Diversidade Sexual (ENUDS), defendida em 2016, no Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (IMS/UERJ). Agradeço, em especial, a leitura atenta e a orientação do Professor Dr. Sergio Carrara.

<sup>2</sup> A partir das discussões travadas na XII edição, em 2014, o Encontro passa a se denominar ENUDSG – Encontro Nacional em Universidades sobre Diversidade Sexual e Gênero. Entretanto, o presente trabalho utiliza a denominação anterior ENUDS – Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual uma vez que esta é a nomenclatura utilizada na maior parte do período analisado.

<sup>3</sup> “Experiência” aqui aparece tanto como termo êmico quanto termo analítico. As aspas serão utilizadas para marcar os termos e as categorias do campo ou de outros autores.

<sup>4</sup> Os nomes foram mantidos a pedido das(os) participantes e entrevistadas(os). Jô era então aluno de graduação em Pedagogia da UFF e tinha participado do ENUDS pela primeira vez em sua IX edição. Nas edições seguintes (X, XI e XII) participaria de sua organização. Ainda hoje compõe o Grupo de Diversidade Sexual Diversitas da UFF.

<sup>5</sup> Cada edição do Encontro é precedida por dois Pré-ENUDS. Neles são debatidas a estrutura, o tema geral e os temas dos grupos de discussão que nortearam a edição em questão.

O ENUDS surgiu em 2003 dentro do 49º Congresso da União Nacional dos Estudantes (Conune<sup>6</sup>), em Goiânia (GO). Após a ocorrência de um caso de homofobia envolvendo alguns participantes do Conune e mediante o insuficiente posicionamento por parte da UNE, acusada de negligenciar as demandas e as necessidades dos alunos GLBT,<sup>7</sup> deu-se início à construção de um espaço onde tais demandas e necessidades pudessem ser explicitadas e debatidas. Com edições anuais desde então, o Encontro chega atualmente à sua XIV edição, tendo passado por todas as regiões do país e com uma média de 600 participantes. Desse modo, pelo seu tempo considerável de existência, o ENUDS apresenta-se hoje como um espaço que influenciou e influencia uma geração e um grande número de “ativistas” e “militantes”<sup>8</sup> do movimento LGBT ou de diversidade sexual brasileira.

A “fechação”,<sup>9</sup> por exemplo, vista como expressão de liberdade sexual, é um ato político do ENUDS. Essa proposta política do Encontro e as manifestações dos ideais de liberdade acontecem nos espaços mais internos (Plenárias, Culturais, banhos) e nos mais externos (na fila do “bandejão”<sup>10</sup> e no Ato-Público). Contudo, nesses mesmos contextos, estabelecem-se regulações a essa “liberdade”, o que gera tensões.

A fim de compreender as tensões e os limites suscitados pela dinâmica do ENUDS, trago três casos específicos observados durante o trabalho de campo nos

---

<sup>6</sup> O Conune é um encontro estudantil bianual, que ocorre desde a fundação da União Nacional dos Estudantes (UNE). Fonte: <<http://www.une.org.br/>>.

<sup>7</sup> Utilizo GLBT como referência aos acontecimentos anteriores ao ano de 2008, visto que a partir da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, realizada naquele ano em Brasília, foi acordada a mudança de ordem das letras “G” e “L” na sigla, estabelecendo a referência LGBT, e não mais GLBT, para uma maior visibilidade do movimento de lésbicas (Brasil, 2008).

<sup>8</sup> Um aspecto interessante que observei como participante nos espaços dos últimos ENUDS é que há uma certa diferença entre as expressões “militante” e “ativista”. O militante é o sujeito que organiza sua vida e atuação política em conjunto com outras pessoas, já o ativista realiza sua vida política individualmente. Para uma descrição mais detalhada dessa diferenciação, estabelecida pelos participantes do Encontro, ver Lima (2016).

<sup>9</sup> Segundo MacRae (1982), “fechação” era o termo usado para a característica principal da diferença entre o movimento homossexual, da época, e os outros movimentos e grupos e tinha como sinônimo “desmunhecação” e “escândalo”. Naquele momento, o autor observa que a prática estava ligada ou até mesmo estabelecia um sentido de “ser homossexual militante”. Para ele, o que mais irritaria os “militantes mais sérios” dos movimentos homossexuais e feministas era a falta de seriedade na “fechação”, visto que, além de ser uma reprodução de estereótipos, não levaria à mudança: quando todos os valores se tornam objetos de zombaria, nem a própria militância escapa. Segundo o autor, o aspecto lúdico da “fechação” serve como forma de evitar o surgimento de novos padrões identitários e até mesmo como meio de sobrevivência (MacRae, 1982).

<sup>10</sup> “Bandejão” é o termo usual para Restaurante Universitário.

Encontros de 2013 e 2014. O primeiro caso se deu durante a plenária final da XI edição (2013), na qual se discutiu quem era ou não “enudiano”,<sup>11</sup> o que, ao final, acabou resultando na expulsão de alguns participantes. O segundo, ainda no início da XII edição (2014), deveu-se, como veremos, à reorganização dos espaços de banho, o que permitiu perceber como a “liberdade” é modulada por experiências particulares de sujeitos particulares, isto é, que a entrada ou o reconhecimento de novos sujeitos cria ou recria (novas) divisões. Finalmente, o terceiro momento escolhido ocorreu durante o Ato Público do XII ENUDS em que, após uma performance, críticas sobre essa forma de estratégia política apresentaram, em certa medida, os limites da “fechação” nos espaços públicos.

Ao final, pretende-se estabelecer conexões, a partir de outros trabalhos etnográficos, de como a forma de fazer política observada no ENUDS – que tem como lócuo a formação através da experiência – se encontra em outros espaços contemporâneos de atuação política. Busca-se, portanto, explorar as argumentações que justificam essa “vivência”, bem como a produção das diferenças e os sentidos com que isso afeta os movimentos sociais que o Encontro articula.

### O ENUDS como uma “experiência”

Chegar ao ENUDS – assim como cheguei no ano de 2012 – é ver as pessoas descendo dos ônibus das delegações de seus estados; é ver os grupos montando suas barracas; é se impressionar com cada performance espontânea pelos corredores; ou ver as pessoas tomando banhos coletivos; homens<sup>12</sup> indo ao “bandejão” de salto alto, peruca e maquiagem; pessoas tirando a roupa nas Plenárias, “fechando” muito nas festas e gritando palavras de ordem nos Atos-Públicos.

Cada etapa do Encontro, desde a preparação até a chegada e a partida, é uma possibilidade para diferentes “experiências”. Todo ano o ENUDS ocorre em um estado distinto, o que mobiliza inúmeros jovens de diferentes lugares. O Encontro se inicia na ação de “pedir ônibus” para a universidade, o que envolve pré-conhecimentos burocráticos e relacionais. Há um limite para o número de pessoas que podem ir no transporte, o que fica sob responsabilidade de pessoas específicas, participantes dos “grupos” e “coletivos” universitários que já “conhe-

---

<sup>11</sup> O termo “enudiano” é utilizado nos espaços e nos textos (atas, plenárias etc.) dos Encontros. A partir do VIII ENUDS, o termo começa a aparecer também como “enudianx” ou “enudian@”. Neste artigo será usado “enudiano” para referência aos participantes do Encontro.

<sup>12</sup> Neste trabalho, “homem” ou “mulher” não são usados como categorias autoidentificatórias, mas sim para marcar corpos dos quais se esperam determinadas performances.

cem bem como faz”. Esse processo é crucial para a existência do Encontro, pois reúne e possibilita a ida dos participantes.

Entrar no “ônibus do ENUDS” requer, pela legislação universitária, ser estudante da universidade que possui ou freta o transporte. O pedido, assim que é feito pelos grupos e coletivos, é justificado pelo fato de o ENUDS ser um “evento universitário”, o que em tese obrigaria a universidade a garantir a ida dos alunos e a sua realização. Nesse sentido, o termo “universitário” aparece como barganha pelos “grupos”, “coletivos” e Comissão Organizadora (CO)<sup>13</sup> para o pedido e a liberação de locais, financiamento e transporte que serão utilizados durante o Encontro. Mas o termo também é utilizado pela universidade como meio de controle, ao dizer que se está lidando com universitários, tanto no evento quanto com seus estudantes nos ônibus.

Mesmo assim, é frequente a ida de pessoas não universitárias nos ônibus, ainda que o número de estudantes seja maior do que o daqueles que “não deveriam estar ali”, segundo a própria universidade. O controle advindo das regras dos órgãos universitários é manipulado pelos sujeitos do Encontro, que controlam quem consegue ou não uma vaga, e priorizam, em sua maioria, os seus próprios colegas de universidade.

A relação de pedido e entrada nos ônibus exemplifica que os processos de verificação,<sup>14</sup> descritos por Jeganathan (2004) em outros contextos, funcionam como “cancelas” e organizam o ENUDS. Nesse sentido, os sujeitos que estariam mais implicados na organização do Encontro funcionariam como “verificadores” ou instituiriam pontos de verificação, sendo o controle do ônibus e do credenciamento alguns desses. Esta questão faz com que fiquem mais explícitas as consequências da tensão ocorrida no Encontro de Matinhos/PR, em 2013, que será exposta a seguir, na qual é possível afirmar que, de um lado, quem controla o ônibus está submetido às regras da universidade e, por outro, que há uma manipulação de regras pelos próprios participantes, ou seja, pelo próprio ENUDS.

---

<sup>13</sup> A Comissão Organizadora (CO) e a Comissão Nacional (CN) são formadas, uma em nível nacional e a outra com os grupos e os coletivos da universidade sede, respectivamente, a cada Edição e são responsáveis pela organização e a programação do evento.

<sup>14</sup> Em todo o processo de existência do Encontro, a universidade, como agente regulador, oferece momentos de verificação dos sujeitos e de suas circulações. Para além das relações existentes entre as COs e os órgãos universitários, a troca que acontece entre os participantes que estão indo ao ENUDS e suas respectivas universidades exemplificam esses momentos de verificação. Compreendo aqui esses momentos de verificação à luz do trabalho de Jeganathan (2004). Nesse sentido, os *checkpoints* têm a função de seguir e mapear os sujeitos e seus fluxos. Como consequência, este artigo entende a universidade como um espaço representativo do Estado, ou seja, um local em que se checam o registro pessoal, a ordem e o fluxo dos sujeitos que nele circulam. Portanto, o ENUDS produz pontos de verificação que são percebidos e afetam sujeitos de diferentes formas, de acordo com o confronto com a ordem social.

Cada delegação universitária chega ao local sede do encontro com o ônibus normalmente cheio (45 pessoas). A chegada, rodeada de expectativa de quem está ali pela primeira vez, de quem já conhece o Encontro e da própria CO, faz desse momento um evento. “Cada um querendo ‘fechar’ mais que o outro”, foi a descrição que ouvi de uma participante sobre esse instante, enquanto a primeira pessoa que saiu do ônibus vindo de Niterói/RJ vestia apenas uma meia-calça arrastão e saltos-altos pretos e tinha uma garrafa de cachaça nas mãos.

No primeiro dia do evento em Mossoró (2014), após a chegada dos ônibus, a etapa do credenciamento se apresentou, em muitos níveis, como um ponto de verificação de quem seria o “enudiano”. Nesse momento, uma fila separada de credenciamento de isenções<sup>15</sup> – que contou com o maior número de pedidos de todas as edições (aproximadamente 100) – tinha sido organizada sob a responsabilidade da única trans<sup>16</sup> da CO.

Logo após o credenciamento, a mobilização para tomar banho começou, e tanto para os que já haviam participado do ENUDS quanto para os novatos aquele momento foi um acontecimento. O espaço oferecido pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) para o acampamento foi uma grande quadra, localizada nos fundos do campus, possibilitando que todos os participantes ficassem no mesmo local físico onde também estavam os chuveiros e os banheiros. Esse foi o momento em que os participantes começaram a descobrir o que é “experimentar o ENUDS”. Os chuveiros, colocados um ao lado do outro, sem divisão de cortinas entre eles ou separação por gênero, permitiam a observação dos outros corpos nus ou seminus que entravam e saíam daquele espaço.

O banho não é um ato banal no Encontro. Tomar banho pode ser considerado um momento de “experiência” dos ideais do ENUDS (liberdade sexual, dissolução das convenções e hierarquias de gênero). Em 2010, por exemplo, no X ENUDS, os espaços dos chuveiros, vistos pela CO como mais um lugar para “pegação”, não tinham luz e nem divisão. Essa organização estrutural foi algo muito apreciado pelos participantes, mas também questionado.

No ENUDS em Mossoró/RN, por sua vez, foram montados chuveiros na parede de fundo de um banheiro em obras, que sem estrutura obrigava a maioria dos

---

<sup>15</sup> Cada CO reserva 54 vagas de isenção de pagamento por Encontro, correspondendo a duas isenções por estado mais o Distrito Federal. A prioridade para homens e mulheres trans começou a ser utilizada ainda nas primeiras edições, com a justificativa de que pessoas trans seriam mais desprivilegiadas financeiramente pela sua posição marginalizada na sociedade (Retirado do caderno de campo – 15/08/14).

<sup>16</sup> Utilizo neste trabalho o termo trans como referência a travestis, transexuais, homens trans, trans homens e transgêneros.

participantes a sair ainda nu pelo acampamento. Nos primeiros dias, alguns participantes, assim como eu, pediram para algum(a) amigo(a) esperar com a toalha na mão; depois, sair nu tornou-se “rotineiro”. Logo em seguida, conversando com Rebeca<sup>17</sup> que ali estivera comigo, falamos sobre o que significava esse ambiente do banho coletivo. Ela me explicou que, antes, achava importante ter chuveiros privados para as pessoas que não quisessem “participar desse momento”: “eu sempre fui muito ativa, fazia luta [...] Agora o meu corpo mudou, eu aumentei muito o meu peso e em vários momentos eu não me sentia bem com o meu corpo”, me disse Rebeca. Ademais, ela contou que não queria ir ao banho coletivo, mas depois que viu “um bando de bicha gorda, magra, diferente”, resolveu ir também, o que a ajudou a perceber o seu corpo de outra maneira.

A partir da X edição (2012), a existência dos chuveiros coletivos como parte do “viver o ENUDS”, junto com banheiros químicos particulares para respeitar os que “não querem viver esse momento”, tornou-se indicação para as outras edições. Contudo, por um não direcionamento de parte do financiamento da universidade para o XII Encontro, o aluguel de banheiros químicos se tornou inviável e acabou se contando apenas com os banheiros coletivos.

O momento pós-banho é marcado pela Plenária Inicial.<sup>18</sup> As Plenárias dos ENUDS são tomadas por batidas de leques, desfiles com bandeiras do arco-íris e dos estados, peitos para fora e cenas de disputas entre “quem dá mais tinta”. Nesse sentido, a “fechação” aparece como um ato de encarnar os ideais do Encontro; em outras palavras, o que se propõe como uma “extrema experiência de liberdade” se vive através da “fechação”, desde as ocasiões mais internas, como as Plenárias, até as mais externas, como os Atos-públicos e a fila do “bandejão”.

Continuando o percurso pelos instantes de “experiência”, ao sair da Plenária Inicial, chega-se ao primeiro almoço do Encontro. A “fila do bandejão” é um espaço por onde, de fato, passam todos os participantes. A fila de espera assistiu a desfiles de homens com microssaias, sandálias e salto-alto, bandeiras amarradas nas costas, exibição de consumo de cigarros, ou de outras drogas. É “a hora de você marcar quem vai pegar à noite”, como disse Rebeca.

Além de ser mais uma ocasião de “fechação” no Encontro, a “fila do bande-

---

<sup>17</sup> Rebeca Benevides, no momento da entrevista, é estudante de graduação em História na UFBA, participou da IX, X e XII edições. Começou sua militância no movimento estudantil em 2010, entrando em 2011 para o KIU!. Também, compõe o Coletivo Kilombo (BA). É a diretora de Assistência Estudantil da União Estadual dos Estudantes da Bahia (UEB) e filiada ao PT desde 2012.

<sup>18</sup> A Plenária Inicial e a Final marcam a abertura e a finalização do Encontro. Na primeira, discute-se como será a condução da edição em questão e, na segunda, como e onde será a próxima.

ção” apresentou um pouco do ENUDS para a universidade que o recebeu. Ainda no primeiro dia, organizou-se uma fila para o almoço que foi compartilhada por enudianos e alunos da universidade. As reclamações de alunos da UFERSA surgiram ainda na fila. Troca de olhares constrangedores da parte deles gerou reações de mais escândalo por parte dos enudianos. Como reagiu um dos participantes: “tá incomodado com a minha gritaria, com a minha ‘bichice’? Agora que eu vou gritar e vou ser bicha mesmo!”. No segundo dia do evento, atendendo às reclamações, a CO resolveu separar as filas do “bandejão”. Em função dos limites físicos para a entrada no refeitório (apenas uma porta), as filas se organizaram em paralelo. Ao ver a separação, parte dos enudianos passou a provocar os alunos passando a mão neles, chamando de “gostosa(o)”, convidando para ir na festa à noite com o intuito de irritar e constrangê-los. Um enudiano, que estava com um grande leque vermelho, de vestido e maquiado, falou: “não adianta fazer essa cara! A gente existe, a gente tá na universidade e vocês vão ter que aguentar isso! Senão, ‘meu edi’<sup>19</sup> de preocupação pra vocês!”.

Toda movimentação de “pegação”, que já aparece na fila do “bandejão”, prepara para um outro momento do ENUDS: as Culturais. As Culturais são as festas que acontecem durante as noites do Encontro. Desde a primeira edição do ENUDS, as Culturais estão presentes na programação e são consideradas como uma das mais significativas do Encontro. Ir ao ENUDS e somente comparecer às festas não é visto como um problema, além de ser algo comum nas falas e nos desejos dos enudianos. A compreensão por grande parte dos participantes e dos organizadores do Encontro de que elas são uma “experiência total de liberdade” permite que muitos afirmem que as festas são tão importantes quanto as mesas e os debates.

Durante a abertura do Pré-ENUDS em Niterói/RJ (2014), depois de realizar uma performance, Jô relatou sua primeira experiência com o ENUDS, ocorrida na Bahia em 2012. Ele disse: “não participei de nenhum espaço: nenhuma mesa, nenhum GDT, nada!”. Jô afirma que voltou para o Rio de Janeiro completamente fascinado com aquela “experiência”: “O ENUDS te permite uma liberdade que todos deveriam ter”. Segundo ele, foi com este retorno que, tendo em mente que “todas as gays, sapatão devem ir naquele espaço”, se iniciou o diálogo com seu amigo, para pensar em um meio de dar vida ao Diversitas (UFF). No final de sua fala no Pré-ENUDS, Jô afirmou: “o ENUDS me tornou militante”. Desta forma, o que se propõe a viver em todo ENUDS, haja vista o sentido de “experiência”, é concomitante à compreensão do Encontro como um local de/em formação.

---

<sup>19</sup> “Meu edi” é uma expressão que tem como sinônimo “meu cu”, usada como forma de xingamento.

A Plenária Final, que encerra todos os ENUDS, é marcada pela euforia da escolha da próxima sede, mas também carrega o sentimento de despedida. No momento de encerramento do XI ENUDS (2013), um participante disse, enquanto chorava: “eu não quero ir embora, não quero voltar pra minha vida, não quero voltar pro mundo lá fora!”. Ele, que continuou chorando até a hora da saída do ônibus, continuou: “eu não faço faculdade, eu trabalho; eu nunca me senti tão livre quanto eu me senti aqui; eu nunca tinha dado tanta ‘pinta’ e eu adorei, eu sou assim!”.

A partir da apresentação dos ideais de liberdade sexual, de dissolução das hierarquias e das convenções de gêneros que permeiam o ENUDS, pode-se perceber como eles funcionam, são vistos e se realizam de modo a criar a “experiência” que é o Encontro. Essa “experiência” manifesta-se nos vários momentos que compõem o Evento, desde a entrada no ônibus, passando pela chegada, pela montagem do acampamento, pelo credenciamento, o banho, as Plenárias, a fila do “bandejão”, até o Ato Público. Tendo isso em vista, para compreender de maneira mais ampla o que se afirma como “experiência”, discutirei por meio de três casos as suas tensões e os seus limites, ou seja, os problemas na realização desses ideais.

### Os “ex-enudianos” e a produção da diferença

Em 2013, no ENUDS/Matinhos (UFPR), durante a XI edição, o primeiro caso teve início em uma Cultural e terminou com a expulsão de participantes do Encontro na Plenária Final, acusados de “machismo” e “racismo” por um grupo nomeado Comissão de Segurança de Mulheres. Esta Comissão não foi a primeira em um ENUDS, mas possibilitou, em função de seus desdobramentos, observar certas tensões.

Além de estar explicitado o objetivo da Comissão, também se delegava, pela primeira vez, certa autonomia, como veremos a seguir. No momento da Plenária Inicial, essa Comissão foi formada por quem gostaria de integrá-la (pessoas do gênero feminino ou que se identificavam como “mulher”), um grupo de 10 a 15 pessoas, em sua maioria mulheres cis,<sup>20</sup> mas também por uma mulher trans.

A existência de um grupo auto-organizado de mulheres faz parte do Encontro desde sua segunda edição e foi criado com o objetivo de “empoderar as mulheres

---

<sup>20</sup> Uso a dicotomia cis/trans em conformidade com os escritos do movimento transfeminista. A categoria cis ou cisgênero remete às pessoas que têm sua identidade de gênero em acordo com o sexo designado no nascimento. Em oposição ao termo trans, o binarismo colocado pelo movimento protagonizado por pessoas trans está em negar a ideia de que as pessoas trans se constituem em relação a um “outro normal”. Para uma descrição mais atenta do termo, ver Carvalho (2015).

que participam do ENUDS”. Em conversa informal com uma das organizadoras do VII Encontro (2009), ela afirmou que a partir desta edição foi criada uma Comissão de Segurança de Mulheres que seria responsável por denunciar casos de machismo durante o evento. Assim, em grande parte das edições, mantém-se a existência desta Comissão. Em 2013, na XI edição, ano em que o ENUDS foi organizado pela primeira vez por um coletivo exclusivamente de mulheres, a Comissão recebeu autonomia para as resoluções dos casos de machismo no Encontro.

No início da Plenária Final do XI ENUDS, uma enudiana leu um parágrafo explicando como surgiu a Comissão de Segurança de Mulheres e por que ela existia, a fim de determinar a importância da Comissão para a resolução dos casos ocorridos no decorrer do evento. Ela apontou que ficou estabelecido entre membros da Comissão, em uma reunião durante o próprio Encontro, que os acusados de agressão teriam seus crachás recolhidos, seriam encaminhados para pegar seus pertences no acampamento e que a Comissão os levaria para o lado de fora da universidade. Devido ao fato de o campus de Matinhos ser pequeno, os acusados expulsos foram obrigados a ficar do lado de fora do portão, ou seja, na calçada do campus. Logo depois, ela ressaltou que isso foi feito por a Comissão entender “ser um meio de garantir a segurança das mulheres agredidas naquele local”. Em seguida, elencou e descreveu os casos em ordem, como “caso um”, “caso dois”, e assim por diante. Vale ressaltar que os acusados eram referenciados como ex-enudianos, já que, a partir daquele momento, eles não poderiam participar de mais nenhum Encontro.

Os ânimos na Plenária, que contava com quase 500 participantes, começaram a se exaltar. Após a leitura do texto, foram ditos os nomes dos acusados, mas sem especificar com qual caso eles se relacionavam. Ao término da fala, um enudiano levantou de sua cadeira e disse: “eu gostaria de um esclarecimento, pois esse caso 1 aconteceu comigo e eu gostaria de explicar, porque não foi isso o que aconteceu”. Nesse momento, falas como “agressor tem direito de fala em todos os espaços da sociedade e a mulher não!”, “Aqui só quem pode falar é a mulher e nós confiamos na vítima!”, “Nós não duvidamos da vítima!” foram proferidas por mulheres presentes na Plenária e na Comissão de Segurança.

Depois disso, os ânimos afloraram ainda mais. O enudiano que pediu direito à fala, exaltado, afirmou que o caso aconteceu durante uma das Culturais e foi “apenas uma brincadeira”. Disse não ter colocado nada na bebida da menina que o acusou e que ele estava “apenas bêbado”. Depois de muita discussão na Plenária, a Comissão de Segurança de Mulheres passou a ser acusada por algumas pessoas de “inquisidora”; que ela deveria dar a possibilidade de fala para os acusados e que aquele comportamento era “coisa de polícia”. A Comissão, que nesse momento detinha o microfone, proferiu falas como: “o agressor sempre tem direito fora daqui”, “agressor tem que ser escrachado”.

Em um clima de extrema tensão e conflito, a mesma enudiana pegou o microfone e lembrou sua posição de mulher na sociedade, relatou já ter passado por dois episódios de violência e abuso sexual, e que seus agressores tiveram a chance e o direito de se retratar, ao passo que ela sempre foi questionada. Então, ela defendia que, no ENUDS, o “direito das vítimas” – com a crença sem o benefício da dúvida – deveria ser resguardado, pois no plano externo àquele espaço as mulheres que são vítimas sofrem no que diz respeito aos vários dispositivos de verificação da violência. No ENUDS, como um lugar que propõe ideais distintos da sociedade (quebras de hierarquias de gênero), a vítima não deveria ser questionada e sim ter total legitimidade, ou seja, “se uma mulher diz que é machismo, então é machismo”.

Em meio à discussão, parte da Comissão de Segurança saiu da Plenária para retirar os outros acusados que ainda estavam pelo campus da universidade. Com isso, cada um que elas buscavam fazia com que as pessoas próximas se mobilizassem. Na Plenária, de um lado, os participantes que estavam ali pela primeira vez perguntavam se “aquilo” era comum; do outro lado, os enudianos mais antigos diziam ser este tipo de ação que faltava no ENUDS “para acabar com as bichas misógenas”. Havia ainda um terceiro conjunto de enudianos que já tinham participado de outras edições e afirmavam ser aquela uma ação autoritária que não condizia com o que “é o ENUDS”. Um enudiano negro chegou a afirmar então: “se fizerem uma Comissão de negros, quero só ver o que vai acontecer! Aí é que o ENUDS acaba mesmo!”.

A forma como se deu essa “tensão” é considerada um marco nos ENUDS e agitou as falas para além do Encontro e nas edições seguintes. Em meio ao debate, era recorrente o acionamento do “lugar de fala”, ou seja, de que apenas mulheres poderiam debater sobre o caso já que só elas “viviam a experiência do assédio”. Desse modo, a ideia de que “só uma mulher sabe o que é sofrer assédio”, que “só uma mulher pode julgar um caso de machismo” remete à discussão sobre a construção da autoridade moral (Brah, 2006). Em relação à interseccionalidade de diferentes vetores de opressão, Brah observa como esse aspecto vai tornando o sujeito cada vez mais legítimo na construção de sua autoridade para proferir discursos e reivindicar que seja ouvido. Ainda que não seja necessariamente sobre a hierarquia de opressões, o caso da Comissão de Segurança de Mulheres do ENUDS também se dá como construção de autoridade moral, que se legitima por meio das mulheres (cis e trans) em oposição à figura do homem machista.

As consequências da deliberação da Comissão de Segurança não se restringiram ao Encontro. Nessa mesma edição, um acusado foi proibido de voltar para seu estado no ônibus da delegação, pois boa parte das mulheres da Comissão de Segurança estaria nele, sendo obrigado a utilizar o ônibus de outra universidade de

seu estado. Além disso, brigas entre pessoas do mesmo coletivo passaram a acontecer ainda no decorrer da Plenária, sobretudo entre as participantes da Comissão e, também, entre aqueles que pertenciam aos grupos e coletivos a que eram vinculados os acusados. Um caso que expõe bem este cenário é o de uma participante que escreveu uma carta esclarecendo as razões de seu afastamento do Pontes (UFRRJ), grupo que teve um de seus integrantes acusado e expulso, e que solicitou que a carta entrasse como anexo da Plenária Final:

Eu, Letícia, enquanto mulher, negra, lésbica, atual Comissão Nacional (CN) do Rio de Janeiro e membro da Comissão de Mulheres deste XI ENUDS, comunico o meu desligamento do Grupo Pontes de Diversidade Sexual da UFRRJ, por entender que a posição do coletivo destoa agressivamente da minha pessoal, exigindo que, a partir da leitura desta, seja extinta qualquer associação do meu pessoal [sic] de qualquer atitude que o coletivo venha a manifestar. Aproveito para parabenizar a decisão mais que acertada da Comissão de Mulheres em não ser conivente com qualquer forma ou possíveis níveis de opressão (ENUDS, 2013: 6-7).

### O corpo nu como “experiência de liberdade”

O XII ENUDS, que teve duração de cinco dias e contou com quase 700 participantes, reuniu o maior número de pessoas trans de todas as edições. Nesse Encontro, ocorrido em 2014, o espaço do “banho coletivo” gerou tensões no que se entendeu ali como “liberdade sexual e de corpos”. A edição, como dito anteriormente, com a maior presença de homens trans, travestis e transexuais, foi tomada por um momento de ruído. Compreendendo que a “liberdade” é modulada por experiências particulares de sujeitos particulares (Brah, 2006), a entrada de outro sujeito no espaço do ENUDS questionou o ideal de “liberdade igual e coletiva” e criou uma nova divisão, agora entre pessoas cis e pessoas trans.

O caso teve início devido a um não direcionamento de parte do orçamento destinado pela universidade ao evento, o que impediu o aluguel de chuveiros químicos. O Encontro acabou, assim, contando apenas com os chuveiros coletivos. A limitação do financiamento causou uma discussão ainda no primeiro dia. Algumas enudianas trans pediam para que se colocasse algum tipo de divisão nos chuveiros, sob a justificativa de que:

As pessoas trans têm uma outra relação com o corpo, imposta pela sociedade. Obrigar-nos a usar o banheiro coletivo é ignorar todas as questões

individuais dos corpos trans e da nossa escolha. Nós queremos um banheiro que nós [possamos] usar só entre a gente.<sup>21</sup>

Instalou-se então um tapume de madeira isolando dois chuveiros. Na porta de entrada foi colocada, a pedido delas(es), a placa: “banheiro trans”. Sem questionamento, a Comissão Organizadora realizou toda essa movimentação, e o que ouvi dos outros participantes cis sobre a solução dada foi: “o ENUDS é um lugar que você experimenta e vive o que você verdadeiramente é; um momento de liberdade que nunca encontramos na sociedade aí fora, mas não podemos obrigar todos a viver essa extrema liberdade”.

O “chuveiro trans” também era coletivo e quem não queria participar dessa “experiência” era questionado. Ele era visto como um espaço para “viver a experiência” de liberdade sexual no ENUDS. Quem não queria experimentar essa possibilidade de liberdade deparava-se com indagações sobre o porquê, sobre qual era o problema, ou sobre o que estaria fazendo ali então. De acordo com certos aspectos, a vivência da liberdade parecia quase compulsória.

Vale ressaltar que os debates sobre marcadores sociais (identidade de gênero, raça e gênero) e “privilégios” são constantes nos espaços do Encontro, assim como no momento da separação dos banheiros. Falas e debates sobre a liberdade de usar o chuveiro – ou seja, ficar nu publicamente – estão relacionados aos marcadores corporais e sociais de cada um, e apareceram durante todo o processo. Contudo, a noção de que todos deveriam “tentar” viver essa “liberdade”, sendo esse um “momento libertador”, norteou o debate.

Outro evento que torna visível alguns limites da “experiência de liberdade” no Encontro aconteceu durante o Ato Público, em que a “fechação” fora dos “muros” da universidade se destacou como um ponto de tensão. Durante a preparação, foi realizada uma reunião de organização e questões como a segurança e o trajeto a ser percorrido foram discutidas. Já no final da reunião, uma participante do Rio de Janeiro perguntou se seu grupo poderia fazer uma performance sem roupas durante o Ato e o consentimento foi geral.

O espaço de preparação do Ato foi tomado por cartazes e tintas no chão, assim como uma grande bandeira LGBT e um sentimento de animação e euforia por parte da CO, que lançava frases como “vamos acordar Mossoró!”. O ato teve como figura de frente a única mulher trans da CO, que seguiu acenando e proferindo palavras de ordem. Através da rua principal da cidade, o Ato conseguiu parar o trânsito e levar muitas pessoas para a frente de suas casas. No caminho de retorno, sucederam-se tentativas de atropelamento e ofensas por motoristas que gritavam

---

<sup>21</sup> Retirada do caderno de campo (16.12.14).

palavrões, acionavam suas buzinas e queriam intimidar, inclusive com motos ultrapassando a barreira de segurança. Em meio a essa efervescência de barulhos e tentativas de fazer silêncio, o grupo do Rio de Janeiro começou a se apresentar, enquanto a passeata rodeava a praça principal, já preparando o retorno.

Enquanto palavras de ordem continuavam chamando a atenção, a primeira dupla de performers se apresentou, com um dos meninos sendo enrolado nu em um papel filme em um poste. A felicidade de um performer contrastava com a avaliação de uma militante da Bahia: “tinha que fazer isso agora?”. Se no ENUDS a “fechação” é vista como um ato político, ela tem seus momentos. O sentido que os participantes do ENUDS atribuem a ela não só ressalta a “experiência” da liberdade, mas também indica que, como ato político, se deve ter consciência do que se pretende, a partir de ponderações como “até que ponto chocar” ou “até que ponto ficar nu”. Ademais, se a “fechação” é recuperada em seu caráter político, como MacRae (1982) descreve, isso não quer dizer que não haja limites. Na verdade, há um deslocamento nos limites sobre o pano de fundo dos ideais de “liberdade” do ENUDS, entre o que pode ou não acontecer, o que é ou não necessário.

Ao final do Ato Público, as pessoas começaram a passar pelos portões da universidade e comemoravam, pois grande parte, principalmente a CO, considerou o Ato um sucesso. Uma participante, que nunca tinha ido ao ENUDS, perguntou então para Rebeca: “Foi uma confusão esse ato, né? Não sabia quem estava coordenando, quem era o quê. Sem nenhuma organização!”. E Rebeca respondeu: “Aqui é o ENUDS, essa confusão é exatamente o que o ENUDS é!”.

Assim, o Ato Público apresentou o que é o ENUDS e o que são aqueles sujeitos, tanto para a cidade quanto para algumas pessoas que nunca tinham ido ao evento. O momento de êxtase despertado criou uma relação e uma enunciação mais do que simbólica, material, a fim de demonstrar que, para além dos limites dos portões da universidade estão os “outros”. Nesse sentido, assim como afirma Butler (1993), a condição política para se constituir uma identidade é negar o compartilhamento de algum tipo de igualdade com o “outro”. Contudo, a construção das corporalidades desses sujeitos perpassa um conjunto diferenciado de circunstâncias e afasta qualquer noção de homogeneidade.

A exemplificação desses casos nos ajuda a refletir sobre a construção das diferenças. Isto diz respeito a “quem define a diferença”, ou seja, não pensar na diferença em si, mas em como ela cria representação e se ela ocorre em nível lateral ou hierárquico. Nos termos de Brah (2006), o primeiro momento destacado ressaltaria a formação de um “nós” formado por aqueles que compartilham a “liberdade” e vivem a “experiência”. Apesar de a noção de experiência ser compreendida como um meio de criar um sujeito coletivo, as normas reguladoras produzem corporalidades diferenciadas em relação a marcadores sociais distintos

(raça, gênero e identidade de gênero). Desta forma, o paradoxo entre liberdade e limites apresenta-se através dos casos de “tensão” e, concomitantemente, formando um “outro” (o homem machista) que deve ser combatido, criando-se uma diferença hierárquica entre homens e mulheres. O que deve ser combatido é o homem machista pelas mulheres organizadas.

Ainda na análise sobre a construção das diferenças, pode-se dizer que, a partir do caso do chuveiro cis/trans, nos termos de Brah, criou-se uma representação da diferença no nível lateral, dado que não há nenhuma hierarquia nesta relação trans/cis. Todavia, podemos problematizar esse caso também em outro viés: embora seja aceito que homens e mulheres trans tenham chuveiros separados, não existe a mesma aceitação quando homens e mulheres cis não querem fazer uso do chuveiro coletivo. Com isso há, assim, a criação de uma diferença em nível lateral entre pessoas cis e trans que “vivem a liberdade” – o que diz respeito ao desejo de usar um banheiro coletivo – mas também se institui uma diferença hierárquica, subalternizando as pessoas cis e trans que “não querem viver a liberdade” do banheiro coletivo.

Dessa maneira, o campo e os sujeitos criam regras para a liberdade e para a experimentação nos limites das mesmas e também para como elas devem existir e serem mantidas. A tensão que envolveu a Comissão de Segurança de Mulheres nos mostra como ações são realizadas para que a liberdade (neste caso, a dos sujeitos do gênero feminino) seja mantida e defendida. Ao mesmo tempo em que a norma de ir ao banho coletivo se apresenta como outra forma de manter viva essa liberdade, o Ato Público aparece com uma norma sobre como se estabelece o diálogo com quem está fora do ENUDS, estimulando o desejo de não “chocar” muito para que o Encontro seja mantido e não se queira saber o que de fato ocorre ali, como garantia de manutenção da liberdade.

No entanto, os embates entre os sujeitos na formação do ENUDS são constantes, gerando questionamentos e conflitos de como deve ser a “experiência” e, assim, a “vivência da liberdade” depende de resoluções sobre como devem ser os banheiros, como serão os Atos-Públicos, como estruturar as Culturais etc. Contudo, os embates são permeados por hierarquias que perpassam os marcadores da diferença – em especial, identidade de gênero, raça e gênero – mas também o tempo de participação no Encontro. Assim, o acionamento do “lugar de fala”, junto com outras “experiências de ENUDS”, se torna fundamental nos processos de criação e negociação dos “limites” e nas regras que os próprios sujeitos criam para o evento.

Por fim, ao ser considerado pelos participantes como espaço de “vivência”, o ENUDS acaba esbarrando nos limites mais amplos (espaciais, estruturais) e nos limites autoimpostos, mais especificamente nos pontos de verificação externos a ele, como a universidade, mas também ele mesmo como um “checkpoint”. A

partir das descrições dos casos dos limites, observa-se que os sujeitos e o próprio ENUDS atuam concomitantemente como agentes da “experiência” e como reguladores da “liberdade”.

### Considerações finais

As tensões que movimentam o ENUDS, aqui explicitadas, são aquilo que o tornam vivo como ambiente político. Dada a universidade como seu espaço de construção, o Encontro pode ser visto como um evento de caráter formativo, militante e acadêmico. Na formação do sujeito político enudiano, a dupla construção do corpo e do território (a universidade) fundamentam a prática das “experiências” vividas e descobertas. Assim, o ENUDS se constitui como um espaço onde o corpo aparece como fonte de autoridade de quem pode falar, sobre o que e por quem, ou seja, o corpo torna-se o lócuo da experiência e, na experiência, o “lugar da fala” opera como legitimador de um dado discurso. Esse processo, observado nas edições do Encontro, se articula com um conjunto de outros espaços políticos contemporâneos onde o paradoxo entre liberdade e limites não só existe, mas também constrói a noção de organização política desses movimentos.

Ao traçar uma análise a respeito do surgimento de organizações políticas ao longo da última década, Sonia Alvarez (2014) afirma que o período recente vem apresentado formas de reações de gerações mais novas ao processo de institucionalização dos movimentos sociais.<sup>22</sup> Na reação, a autora observa um distanciamento de características “institucionalizadas” e uma exaltação da estética, do uso do corpo e da autonomia. Nesse contexto, o ENUDS se apresenta como um encontro na gama de espaços que se estabelecem na crítica às formas institucionalizadas de atuação. Contudo, vale ressaltar, assim como Alvarez (2014), que os formatos de organizações e os níveis de aproximações e distanciamentos que estas organizações fazem com políticas de governo e políticas de Estado não são homogêneos.

Daniliauska (2016) apresenta, através de trabalho de campo em grupos LGBT voltados para o público jovem, que estes se organizam e mostram ressalvas em relação à política institucional (governos, partidos políticos, eleições, espaços de participação e controle social). A forma de organização política desses espaços, assim como no ENUDS, estabelece-se por meio da formação a partir da experiência entre os(as) “seus(suas)”, ao mesmo tempo em que se busca transformar “a socie-

---

<sup>22</sup> Para uma leitura mais atenta desses processos citados, ver Facchini (2005); Facchini et al. (2013); Heredia e Leite Lopes (2014).

dade” e seu funcionamento. Além disso, o autor ressalta que a pesquisa focada com jovens LGBT e suas organizações oferecem a oportunidade de refletir acerca de diversas formas de engajamento e perspectivas diversas do que seja política e militância, as quais podem não estar centralizadas na política tradicional, institucional, mas no desejo de transformação social que vem da formação de si próprios, individual e coletivamente.

Carla Gomes (2016), em pesquisa sobre a Marcha das Vadias do Rio de Janeiro, aponta uma forma de manifestação política que surge, no Brasil, em 2011, e que se forma, em parte, em crítica ao processo de institucionalização do movimento feminista. Isto posto, a pesquisa de Gomes apresenta como esse processo de reação se coloca como uma marca geracional e não como um movimento social específico.

Em pesquisa ainda em desenvolvimento, Íris do Carmo (2016) se debruça sobre os trânsitos entre o ativismo e o múltiplo pertencimento político, a fim de entender a chamada “hifenização” do feminismo. Com o objetivo de compreender a produção do sujeito político feminista jovem, a autora, a partir do trabalho de campo com grupos de orientação político-anarquista/autônoma, apresenta o que chama de “renovação geracional” no feminismo, o qual pauta sua organização política na horizontalidade, na autonomia e, em certa medida, assim como nos ENUDS, numa formação que tem por base a experiência.

O trabalho de Carmo (2016) indica como a partir do “rolê feminista”, ou seja, no cenário feminista atual, a estilização de identidades e a proliferação de produções de diferença (feminista lésbica, feminista vegana, feminista negra etc.) se dão desde o ponto de vista ideológico. Além disso, na crítica ao caminho institucional de reivindicação formal de direitos, as ativistas apresentadas no trabalho da autora lançam mão do “faça você mesma” para uma organização coletiva baseada na horizontalidade e na autonomia, esta última em referência aos espaços institucionais.

Destarte, os trabalhos enunciados acima contribuem para compreender a crescente proliferação de discursos de narrativas em torno da diversidade sexual e de gênero no Brasil a partir de um forte marcador geracional. Nesse sentido, a apresentação desses trabalhos indica que os elementos da ação política observados nos ENUDS estão localizados num processo histórico e contextual com o qual esses trabalhos pretendem contribuir para a compreensão acerca das formas contemporâneas de politização de gênero e de sexualidade.

À luz de Alvarez pode-se afirmar que os campos políticos – LGBT, feminista etc. – resultam de fluxos das suas interações dinâmicas nos quais eles se inserem em determinada conjuntura histórica. Assim, como a autora aponta, tais contextos mais amplos possibilitam ou até incentivam certas expressões e discursos, ao mesmo tempo em que estabelecem seus limites.

O corpo e as emoções tornam-se fontes principais de acionamento da produção de narrativas da diferença, constituindo um terreno fértil, assim como afirma Gomes (2016), para a reelaboração da política identitária contemporânea. Desta forma, o ENUDS, os espaços jovens pesquisados por Daniliauskas, a Marcha das Vadias e o “rolê feminista” apresentam-se como um produto de mudanças de alianças, disputas e coligações dos “emaranhados de interlocuções” em que esses espaços se encontram.

Recebido: 31/01/2017  
Aceito para publicação: 30/03/2017

## Referências bibliográficas

- ALVAREZ, Sonia. 2014. “Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista”. In: Dossiê O gênero da política: feminismos, Estado e eleições. *Cadernos Pagu*. Janeiro-junho de 2014. Vol. 43, p. 13-56.
- BRAH, Avtar. 2006. “Diferença, diversidade, diferenciação”. *Cadernos Pagu*. Jan.-jun. 2006. Vol. 26, p. 329-376.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. 2008. Texto-base da Conferência Nacional de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais – Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Brasília, aprovado pela Comissão Organizadora [on-line]. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cncl-lgbt/conferencias/texto-base-1a-conferencia-nacional-lgbt-1> [Acesso em 07.03.2014].
- BUTLER, Judith. 1993. *Bodies that matter: on the discursive limits of “sex”*. New York, London: Routledge.
- CARMO, Íris. 2016. “‘Fiz do meu corpo a revolução’: gastropolíticas e contestações de gênero, sexualidade e espécie”. In: COLLING, Leandro (org.). *Dissidências sexuais e de gênero*. 1ª ed. Salvador: Edufba. p. 1-240.
- CARVALHO, Mario. 2015. “*Muito Prazer, Eu Existo!*”: *Visibilidade e Reconhecimento no Ativismo de Pessoas Trans no Brasil*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).
- DANILIAUSKAS, Marcelo. 2016. *Não se nasce militante, torna-se: processo de engajamento de jovens LGBT – Panorama histórico na cidade de São Paulo e cenário atual em Paris*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Educação, Universidade de São Paulo (USP).
- ENUDS. 2013. *Ata da Plenária Final do XI Encontro Nacional Universitário da Diversidade Sexual*. Matinhos/PR.
- FACCHINI, Regina. 2005. *Sopa de letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990*. Rio de Janeiro: Garamond.
- FACCHINI, Regina; DANILIAUSKAS, Marcelo & PILON, Ana Cláudia. 2013. “Políticas sexuais e produção de conhecimento no Brasil: situando estudos sobre sexualidade e suas conexões”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 44, n. 1, p. 161-193.
- GOMES, Carla. 2016. *Corpo e identidade no movimento feminista brasileiro contemporâneo: o caso da Marcha das Vadias*. Apresentação Oral na Jornada do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFRJ).
- HEREDIA, Beatriz & LOPES LEITE, José Sergio (eds.). 2014. *Movimentos sociais e esfera pública: o mundo da participação: burocracias, confrontos, aprendizados inesperados*. 1ª ed. Rio de Janeiro: CBAE.
- JEGANATHAN, Pradeep. 2004. “Checkpoint: Anthropology, Identity and the State”.

- In: DAS, Veena & POOLE, Deborah (eds.). *Anthropology in the Margins of the State*. Santa Fe: School of American Research Press. p. 67-80.
- LIMA, Stephanie. 2016. “As bi, as gay, as trava, as sapatão tão tudo organizada pra fazer revolução!”. *Uma análise socioantropológica do Encontro Nacional Universitário da Diversidade Sexual (ENUDES)*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).
- MACRAE, Edward. 1982. “Os respeitáveis militantes e as bichas loucas”. In: EULÁLIO, A. et al. (eds.). *Caminhos Cruzados*. São Paulo: Brasiliense. p. 99-111.